

Fátima Lampreia Carvalho
Cientista Política

RADICALIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

Contrastes entre Brasil e Portugal, 2018-2019



Ficha Técnica

EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E VENDAS
SÍLABAS & DESAFIOS - UNIPESSOAL LDA.

NIF: 510212891

www.silabas-e-desafios.pt

info@silabas-e-desafios.pt

Sede:

Rua Dorília Carmona, nº 4, 4 Dt

8000-316 Faro

Telefone: 289805399

Fax: 289805399

Encomendas: encomendar@silabas-e-desafios.pt

Título:

RADICALIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO: Contrastes entre Brasil e Portugal, 2018-2019

Autor:

Fátima Lampreia Carvalho

1.ª Edição.

Copyright Fátima Lampreia Carvalho & Sílabas & Desafios – Unipessoal, Lda., setembro 2020

ISBN: 978-989-8842-52-7

Depósito legal: 471388/20

D.O.I.: <https://doi.org/10.37548/RADI>

Pré-edição, edição, composição gráfica e revisão: Sílabas & Desafios Unipessoal, Lda.

Pré-impressão, impressão e acabamentos: Gráfica Comercial, Loulé

Capa: Sílabas & Desafios @2020

Reservados todos os direitos. Reprodução proibida. A utilização de todo, ou partes, do texto, figuras, quadros, ilustrações e gráficos, deverá ter a autorização expressa dos autores. O autor assume toda e qualquer responsabilidade pela utilização de conteúdos ou imagens nos textos aqui incluídos, que violem e deixam de observar os direitos de autor. As designações de produtos, tecnologias e sistemas de qualidade referidos na presente obra são marcas registadas.

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
Hipótese de trabalho	14
Os próximos capítulos	20

CAPÍTULO 1

BRASIL UM PAÍS DIVIDIDO E CONFLITUADO: DESDOBRAMENTOS DA CRISE ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES DE 2018	23
1.1. A crise política no Brasil	23
1.2. Um país dividido	26
1.3. O tamanho do eleitorado brasileiro em 2018	28
1.4. Os candidatos	28
1.5. A indignação das classes médias	29
1.6. Eleições na era da pós-verdade	31
1.7. Eventos dramáticos	32
1.8. Jair Bolsonaro	32
1.9. Apoio a Bolsonaro	35
1.10. Estilo Bolsonaro de campanha	36
1.11. O fim de uma era de mudança institucional da redemocratização	38
1.12. Imprensa Internacional contra Bolsonaro	40
1.13. Medo da fraude: urnas eletrônicas em questão.	46

CAPÍTULO 2

O ELEITOR PORTUGUÊS E A VOLATILIDADE DO CENÁRIO POLÍTICO RUMO ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2019.	53
2.1. Eleições no passado: a viragem à esquerda e a crise do regime	53
2.2. O bom senso e as eleições de 2019	55
2.3. A eleições de 2019 à luz da articulação política após a eleição de 2015	59
2.4. Polarização de classes	61
2.5. O contexto das eleições de 2019 e o discurso de combate à corrupção.	64
2.6. A perspectiva da classe média em Portugal: a economia e o desemprego	68
2.7. A crise do capitalismo em Portugal: o crucial para uma análise das eleições legislativas de 2019.	69
2.8. O que estava em jogo na eleição de 2019 para a Assembleia da República?	72
2.9. O Perfil do Primeiro-ministro	74
2.10. As sondagens de opinião	76
2.11. Acordos pontuais e acordos à esquerda	78
2.12. O futuro da geringonça	82

CAPÍTULO 3

A CONTINUIDADE DA ORDEM TRADICIONAL NO BRASIL	85
3.1. Abordagem pós-estruturalista da continuidade da dominação tradicional	97
3.2. Hegemonia e identificação: conexões com as categorias linguísticas.	100

CAPÍTULO 4

OS LIMITES DO POPULISMO EM PORTUGAL: DÉFICE E DÍVIDA COMO TRAVÃO A MOVIMENTOS ANTSSISTEMA. 105

- 4.1. Liberais contra a “Geringonça”: soluções para combater os populismos de direita e de esquerda. 112
- 4.2. As redes sociais com mais utilizadores em Portugal: Os partidos portugueses nas redes sociais 113
- 4.3. A política portuguesa e o medo da contaminação pelo populismo. 117

CAPÍTULO 5

PROJETOS DE GOVERNO NO BRASIL 2018: ENTRE O CAMINHO DA PROSPERIDADE (PSL) E O BRASIL FELIZ DE NOVO (PT). 123

- 5.1. Plano de Governo de Jair Bolsonaro 123
- 5.2. Linhas de ação e valores 127
- 5.3. As promessas do PSL enfatizavam a liberdade e a fraternidade 128
- 5.4. Programa do Partido dos Trabalhadores: Governo Haddad (PT) 132
- 5.5. Combate à corrupção 141
- 5.6. Os marginalizados 145
- 5.7. Défice de credibilidade 147
- 5.8. Contrastes entre o programa de Jair Bolsonaro e o programa do PT 147
- 5.9. Nível de interesse do eleitor brasileiro na campanha multipartidária de 2018? 149
- 5.10. As sondagens de intenção de voto 153
- 5.11. A primeira volta das eleições 157

CAPÍTULO 6

PORTUGAL: PROJETOS DE GOVERNO PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2019	161
6.1. A proposta orçamental do Estado	165
6.2. Demandas da esquerda	166
6.3. Recepção por Bruxelas: Portugal em risco de incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento.	167
6.4. Sindicatos e o Orçamento do Estado 2019	168
6.5. A pressão do movimento sindical nas eleições de 2019.	171
6.6. Reivindicações da UGT para as eleições de 2019	171
6.7. Reivindicações da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses	174
6.8. Reivindicações da Federação Nacional dos Professores (FENPROF)	177
6.9. Reivindicação dos motoristas de matérias perigosas	181
6.10. Crise política e a luta pelo centro político: promessa de demissão pelo primeiro ministro e antecipação das eleições.	184
6.11. O efeito da crise política de maio 2019 nas europeias	186
6.12. Programas de Governo para as Legislativas de 2019	188
6.13. Eleições europeias de 2019	191
6.13.1. O Programa do Partido Socialista para as eleições europeias	191
6.13.2. Programas do Bloco de Esquerda para as eleições europeias – A Força Que Faz a Diferença :	193
6.13.3. O programa de Governo do Partido Social Democrata (PSD) “Mais Portugal, Melhor Europa” – Europeísmo Pragmático.	195
6.13.4. Prioridades partidárias do PSD e PS para as eleições europeias de 2019.	196
6.13.5. Programa do CDS-PP para as eleições Europeias: “Portugal, a Europa é aqui: Linhas Programáticas”	197
6.13.6. Os Resultados Nacionais nas eleições Europeias 2019	199

6.14. Eleições Legislativas 2019	201
6.14.1. Programa Eleitoral do Partido Socialista (PS) para as legislativas 2019 "Fazer Ainda Mais e Melhor"	202
6.14.2. Propostas do Bloco de Esquerda. Programa 2019-2023 - "Faz Acontecer"	207
6.14.3. Propostas do PSD para as legislativas 2019 – Manifesto "Portugal Precisa"	212
6.14.4. Programa de governo do CDS-PP para Assembleia Legislativa 2019 "A Preparar o Futuro"	219
6.14.5. Programa do Partido Comunista Português para as Legislativas - "Política Patriota e de Esquerda – soluções para um Portugal com Futuro"	224
6.14.6. Propostas do PAN – Partido dos Animais, Pessoas e da Natureza	228
6.14.7. Propostas de outros partidos	230
6.14.8. Debates pré-eleitorais e a dinâmica de diferenciação política nas legislativas 2019	231
6.14.9. O último debate	238
6.15. Legislação Laboral	239
CONCLUSÃO	241
As redes sociais	242
O discurso da convicção	243
A parcialidade da justiça brasileira	245
Quando a classe média se sente prejudicada	246
Razões para o retorno de governos autoritários no Brasil e continuidade em Portugal.	248
Reações a Bolsonaro em Portugal	254
A crise do PSL, a formação do Aliança pelo Brasil e a liberdade de Lula	256
Razões para a continuidade em Portugal	261
O porquê da mudança à direita no Brasil	264
Radicalização produtiva e radicalização paralisante	266
REFERÊNCIAS	271

PREFÁCIO

Este livro nasce do interesse em responder uma pergunta que mobiliza eleitores tanto no Brasil quanto em Portugal – em que medida a crise política, a crise económica e a corrupção motivaram em 2018 e 2019 o voto em candidatos antissistema e candidatos da continuidade, fossem estes candidatos da direita ou da esquerda. Ao examinar os processos eleitorais no Brasil (2018) e em Portugal (2019) exploro a ideia de que no Brasil, as redes sociais fomentaram a radicalização política e o voto estratégico à direita, dando ampla vitória ao candidato Jair Bolsonaro, enquanto que em Portugal o discurso da diferenciação entre partidos que ocupam as áreas adjacentes ao centro político já congestionado, renderia menos votos ao partido vitorioso nas eleições de 6 de outubro para a Assembleia da República, com provável vitória para o Partido Socialista..

Enquanto que no Brasil a maioria dos partidos competiu à esquerda, deixando a direita livre para o candidato vencedor. Em Portugal, a multiplicidade de vozes na disputa lutou pelo espaço de centro-direita e pela simpatia do eleitorado social-democrata, deixando a centro-esquerda dominada pelo Partido Socialista e a “geringonça” que emergira de maneira inusitada quando após governar Portugal por quatro anos entre 2011 e 2015, o Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, do Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, venceu as eleições legislativas de 4 de outubro de 2015 com 38,5% dos votos (coligado com o CDS/PP), cerca de seis pontos à frente do PS. Na ocasião Passos Coelho não conseguiu manter a maioria no parlamento português, a Assembleia da República, que lhe havia permitido implantar a política de austeridade exigida pela União Europeia por causa da crise da dívida no continente. Mas a 10 de novembro de 2015, o governo da centro-direita foi derrubado por uma coligação de

partidos de esquerda e extrema-esquerda, que detinham maioria na formação pós-eleitoral da Assembleia.

A solução governativa de esquerda em Portugal (a geringonça) constituiu uma experiência única na Europa, não tinha aplicabilidade concreta em outros países da União Europeia (UE). Na visão da esquerda portuguesa a geringonça facilitou o processo de reposição de rendimentos e direitos. A solução governativa teria desmentido as previsões da troika e do anterior Governo PSD/CDS, e estava a provar que a atual linha de reposição de direitos e de valorização do trabalho e dos trabalhadores em relação a salários, reformas, pensões e proteção social, nem sempre seria incompatível com o crescimento da economia.

Portanto, para se compreender o potencial eleitoral dos partidos de centro direita e centro-esquerda em Portugal nas eleições de 2019 é necessário mencionar a "geringonça", expressão propagada por Paulo Portas (PSD), visando ressaltar as contradições e fragilidade da solução governativa liderada pelo PS encontrada à esquerda, mas que hoje integra o léxico político nacional. As contradições devem-se ao fato de que a "geringonça" inclui os Partido Comunista Português (PCP), que após derrube da ditadura, em abril de 1974, defendeu um conceito de democracia política, muito diferente do modelo liberal-democrático representativo que o PS sustenta. No período pós-25 de abril, o PCP advogou o modelo das democracias populares, inspiradas no sistema soviético estando assim geopoliticamente alinhado com a URSS, e afastado do eurocomunismo. Em contraste, o PS sempre esteve no "arco da governação", devido, entre outras coisas, às suas posições bem mais moderadas relativamente a vários temas (Freire, 2017; Mendes, 2018). Na fase embrionária da democracia portuguesa, sob a liderança de Mário Soares, o PS rejeitou quaisquer entendimentos com a esquerda radical, o que retirou o PCP do

chamado “arco da governação”, no qual o PS sempre se manteve.

Para se compreender a “geringonça” é importante mencionar as alianças prévias com o centro-direita em que o PS esteve envolvido. Em 1983, por exemplo, o Partido Socialista participou de uma coligação governamental com o PSD, formando o “Bloco Central”, liderado por Mário Soares e Carlos Alberto Mota Pinto. O PS havia vencido as eleições, mas sem maioria absoluta, tendo sido obrigado a coligar-se com o PSD para conseguir governar. Várias fontes mencionam como o processo de adesão à CEE aproximou ainda mais o PS do “centro” (Espírito Santo, 2015, Mendes, 2018). O PCP era claramente contra esta adesão, que apelidava de servidora dos interesses da economia capitalista, em detrimento dos interesses do povo (Espírito Santo, 2015). Este acordo PS/PSD dura apenas até novembro de 1985, data em que termina por falta de entendimento entre os partidos.

As eleições legislativas de 2015, portanto deram origem a uma solução governamental inédita através da cooperação institucional entre os principais partidos de esquerda com representação parlamentar, incluindo o PCP. Galvão e Tavares (2016) elucidaram em sua obra “Como Costa montou a Geringonça” que esta solução só existiu porque os resultados eleitorais empurraram para ela a esquerda. Foi “uma jogada de sobrevivência política de um líder que ficou em xeque dentro do seu partido”. A 19 de setembro de 2015, às vésperas do pleito, o líder do PS declarou publicamente que inviabilizaria um orçamento da direita: pois o voto no PS – um voto das pessoas que queriam mudar de política, não poderia servir depois para manter a política da austeridade proposta pela coligação Portugal à Frente. Costa assegurou que não haveria acordo possível entre o PS e a coligação de direita.

António Costa sabia que só uma maioria absoluta da coligação Portugal à Frente – muito pouco provável, no seu entender –

impediria a sua chegada ao poder. Se o voto do PS fosse essencial para deixar passar um Orçamento do PSD-CDS, a recusa era garantida. Mesmo que a coligação de centro-direita vencesse as eleições – porém com minoria –, Costa a derrubaria logo no momento de apresentação do seu programa. Muito antes de qualquer orçamento. Costa manifestou sua posição no discurso da derrota quando jornalistas lhe perguntaram se ia inviabilizar o Orçamento do Estado da coligação.

Muitos colegas de Partido consideraram que assumir em campanha eleitoral a reprovação a um orçamento que ainda desconhecido era um erro desnecessário que punha em risco o voto dos centristas que temiam novo ciclo de instabilidade política. Mesmo que a intenção fosse verdadeira, o povo poderia entender aquilo como uma irresponsabilidade e uma jogada de quem coloca os interesses políticos à frente dos da estabilidade do país. Mas iniciou-se ali uma nova experiência governamental e parlamentar, um novo equilíbrio de forças entre os partidos de esquerda no Parlamento (além do Partido Socialistas – PS, o Bloco de Esquerda – BE, a Coligação Democrática Unitária – CDU, e o partido Pessoas, Animais e Natureza – PAN), que introduziu uma original dinâmica política precisamente no ano em que se comemoravam, em Portugal os 40 anos da Constituição da República Portuguesa

O derrube do governo de centro-direita pelo PS em Portugal, possível por conta da união das esquerdas em torno do nome de António Costa e do PS, deu origem a uma avalanche de críticas. Economicamente, analistas avaliavam que a coligação esquerdista colocaria o país em apuros, uma vez que Costa prometia “virar a página da austeridade”. Politicamente, a coligação era apontada como frágil, uma vez que havia muitas diferenças entre os integrantes da união.

Inácio e Rezende (2015) discutiram determinantes do controle horizontal no presidencialismo de coligação brasileiro, selecionando

o período que correspondeu aos mandatos presidenciais dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998/1999-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010). No caso sistema presidencialista brasileiro, governos de coligação no período de 1995 a 2010 apresentaram características diferentes daquelas observadas no Sistema parlamentarista Português. Inácio e Rezende (2015) propuseram que entre 1995 e 2010 coligações desencadearam “a formação de uma rede multidirecional de delegação de poderes” no Brasil. Essa rede foi além da relação entre o partido formador – do primeiro-ministro ou presidente – e cada partido integrante do portfólio ministerial: ao delegar a execução da agenda governamental a um partido, o formador não escolheu apenas o seu agente; de forma compulsória, ele também determinou quem seria o agente dos demais partidos em cada área específica de política governamental. Sob tal arranjo, os problemas de coordenação entre as forças partidárias foram frequentes.

Com a inclusão de partidos pequenos e médios, a coligação do governo Lula (Partido dos Trabalhadores-PT) manteve-se mais fragmentada ao longo do período 1995-2010. Diferente da “geringonça” de 2019 em Portugal, a coligação do governo Lula reuniu partidos situados nos três campos ideológicos (direita-centro-esquerda), ampliando a distância ideológica intra-coligação. A coligação do governo Lula incluiu o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) cujo objetivo essencial é a transição do capitalismo ao socialismo. No Brasil, o socialismo tem como propósito primordial resolver a contradição essencial do capitalismo – “consiste na edificação de um poder de Estado dos trabalhadores, e da predominância das formas de propriedade social dos meios de produção” (Programa Socialista para o Brasil)¹. Dadas as suas peculiaridades, o presidencialismo de coligação no Brasil não tem permitido o controle unificado das

¹ Partido Comunista do Brasil <https://pcdob.org.br/programa/>

áreas de políticas pelos partidos. Enquanto isso, a solução governativa portuguesa com “geringonça” tem permitido a celebração dos acordos entre PS, BE, PCP e Verdes se apresentando como uma fonte de inspiração para a esquerda europeia que deseja se ver livre da crença de que o eleitor Europeu está condenado à austeridade. Tal como a coligação de centro-esquerda demonstrou em Portugal, é possível levar a cabo uma política alternativa, baseada na devolução de rendimentos e com pleno respeito pelas regras europeias.

Hipótese de trabalho

A minha hipótese é a de que em conjunturas de crise política brasileira, em 2018, e em conjuntura de fragilidade económica como a de Portugal, em 2015 e depois em 2019, o eleitor escolheu estrategicamente aquele candidato que à época monopolizava o espaço das políticas que mais se adequavam à solução para problemas iminentes tais como a corrupção (direita) e a distribuição do bem-estar social (centro esquerda). É claro que no caso das eleições legislativas de 2019 em Portugal a tônica para os partidos de centro-direita foi como cativar os abstencionistas, prometer bem-estar social a partir de mais investimento nas infraestruturas, e desenvolvimento, sem apostar em um discurso excessivamente negativo que afastasse ainda mais as pessoas da política. A preocupação dos partidos ocupando a centro-direita do espectro político era investir na *diferenciação* para captar os indecisos que desprezavam a “geringonça”. Nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, a subversão da imagem dos candidatos da esquerda e a radicalização do eleitorado, contou para o sucesso do candidato da direita que apostou numa campanha política estimulada por um ativismo inédito nas redes sociais.

Após as eleições de Trump nos Estados Unidos, em 2016, dada a radicalização política em plataformas como Facebook e

YouTube, estudiosos no campo verificaram sintomas de uma transformação social (Emily Bell, Diretora do Centro Tow para o Jornalismo Digital). O novo panorama nas eleições sob o impacto das mudanças tecnológicas nos *media*, refletiu a crise do modelo de negócios no jornalismo e a radicalização nas publicações individuais em contextos eleitorais em diversos países.² As redes sociais potencializam a radicalização nas conversações online (Carvalho, Massuchin, Mitoso, 2018) e esta radicalização não contribui para o debate público (Dahlgren, 2001). Nas eleições de 2014, no Brasil, ataques e agressões verbais alvejaram a candidata a Presidente da República Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT). Em 2015, a indignação das classes médias conservadoras voltou-se novamente contra o Partido dos Trabalhadores e contra a corrupção no exercício do poder. O uso político de plataformas como o Facebook, Twitter, e You Tube aumentaram a rejeição da classe média a governos autoritários de esquerda exemplificados pelo governo na Venezuela.

O nível de antagonismo durante as eleições de outubro de 2018, no Brasil cresceu como uma bola de neve. Desde 2015, a esquerda mais radical prometia a emergência de atos violentos no campo e nas cidades. Após ter sofrido um *impeachment* em 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff previa que na campanha eleitoral de 2018 se iria dar um banho de violência contra o PT, mas na perspectiva do eleitorado as primeiras incitações de violência foram atribuídas aos apoiantes pagos pelo PT. Já em 2015, Vagner Freitas, presidente da CUT, aparecia nas redes sociais dizendo que os movimentos sociais iriam às ruas com armas a combater aqueles que quisessem derrubar a presidente Dilma. Em 2015, quando guerreava contra o *impeachment* de Dilma, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva dizia ser um homem da paz e da democracia, mas que também sabia brigar, sobretudo

² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/radicalizacao-nas-redes-sociais-e-sintoma-ou-parte-de-algo-muito-maior-diz-professora-de-columbia.shtml>

quando o Pedro Stedile (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) colocasse o exército do MST nas ruas.

O candidato presidencial da direita, ex-capitão do Exército Jair Messias Bolsonaro (PSL), mantinha uma página de Facebook, com 6,6 milhões de seguidores onde declarava que o que incomodava muitos era o apoio espontâneo que a sua candidatura à presidência do Brasil recebia de todos, independentemente da cor, idade, sexo ou classe social. Todos estavam confiantes na chegada de um futuro melhor. Nesta página de Facebook, Bolsonaro denunciava as manobras do PT de forma direta - *“Enquanto insistem em falácias, rótulos e na fixação pela palavra “ditadura”, são mais de 14 milhões de desempregados, cidadãos reféns em suas próprias casas, 60 mil homicídios e 50 mil mulheres estupradas por ano.”*

Vejamos o que ocorria nas redes sociais em Portugal durante a campanha para as eleições de outubro 2019. Na época o Partido Socialista era alvo de ataques pelos partidos situados no centro-direita do espectro ideológico. Mas o centro-direita encontrava-se enfraquecido em Portugal. Desde 2011 o PSD perdia influência nos centros urbanos em benefício do PS (centro-esquerda). Isto confirmava-se mesmo quando o PSD estava coligado ao CDS-PP. Eleitores de centros urbanos que tradicionalmente votavam a centro-direita, contrariaram a tendência ao preferir o PS nas eleições europeias. O PS, de facto, havia consolidado avanço nos concelhos mais populosos e partiu para as eleições legislativas de 2019 com vantagens.

A direita portuguesa também se encontrava enfraquecida. A página de Facebook da Frente Anticomunista Portuguesa (FAP), com 8,955 seguidores divulgava artigos a opinar que Portugal caminhava tranquilamente para ser o país mais pobre da Europa, tornando-se perito em destruir riqueza. Fotos aludiam humoristicamente à “irmandade do Pinóquio” mostrando foto do ex-Primeiro Ministro do PS, José Sócrates, em novembro de 2009,

após 4 anos de governação, a prometer combate a corrupção na próxima legislatura. Lado a lado outra foto do primeiro ministro do PS, António Costa, em maio de 2019, a fazer a mesma promessa de combate a corrupção aos eleitores. Em maio de 2019, a FAP publicava em sua página de FB um artigo do Observador (31/05/2019) ressaltando que os políticos eram os principais responsáveis pela crise da democracia na Europa. Em Portugal, porém, verificava-se insatisfação ainda maior associada ao aumento do desemprego, aos níveis de desempenho e crescimento da economia.³

Claramente distanciado do caso brasileiro, o clima pré-eleitoral nos media sociais portugueses era bem mais pacífico. O PS havia subido moderadamente nas sondagens de intenção de voto após a aprovação do Orçamento de 2018, distanciando-se do PSD. Segundo um estudo da Eurosondagem, os socialistas tinham chances de vencer as hipotéticas eleições com 40,2% dos votos. Por outro lado, o PSD, de centro-direita, havia perdido meio ponto durante o mês de novembro 2018 e situava-se em 27,9% de votos. O marxista e trotskista Bloco de Esquerda (BE) mantinha-se como terceira força, apesar de perder 0,1 pontos percentuais (com 8,6% das intenções de voto). A coligação CDU, formada por comunistas e ecologistas, era também vista como força política relevante em Portugal, com 7% das intenções de voto (+0,1%), ligeiramente à frente dos conservadores do CDS-PP. Com estes resultados, o PS fechava o ano acima de 40% dos votos, enquanto que a oposição não superava os 30 pontos. Após a vitória na greve dos camionistas, em agosto de 2019, o PS também afirmou ainda mais a sua competência nas negociações entre

³ O Observador (31/05/2019) – **Políticos são os principais responsáveis pela crise da democracia, diz estudo português** https://observador.pt/2019/05/31/politicos-sao-os-principais-responsaveis-pela-crise-da-democracia-diz-estudo-portugues/?fbclid=IwAR3SVa1-VIJLxc_W0Tn6sg6JE-CKAlx2Njw-BSJYkd1yoZouMEI-KJlQmI

trabalhadores e patrões, perante o eleitorado e as sondagens eleitorais comprovavam o sucesso de António Costa.

Em 2018, o político mais popular em Portugal era o Presidente da República, o conservador Marcelo Rebelo de Sousa, com 63 pontos, seguido do primeiro-ministro, António Costa, (Primeiro Ministro – PS) que contava com 32,6 pontos. O cenário político em Portugal era, entretanto, volátil e em janeiro de 2019, de acordo com o barómetro político da Aximage (Jornal Negócios, 11/01/2019, p.15) a popularidade de Marcelo caiu. Confirmando o cenário detetado pela Aximage, em maio de 2019, o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP) estimava que o eleitor Português pretendia votar de forma concentrada em dois partidos dando ao PS 39% dos votos face aos 28% do PSD. Mesmo que o PSD ganhasse as eleições os inquiridos não desejavam um próximo governo liderado por Rui Rio (PSD). Se fosse o PSD a vencer, 21% dos inquiridos manifestavam o desejo de um governo com apoio dos partidos da esquerda. Um governo de um só Partido, sem maioria absoluta, era o cenário menos desejado.

A página de Facebook do Partido Social Democrata (PSD), contava com 143,726 apoiantes em setembro de 2018, e 149.078 em junho de 2019. No Facebook, a página do PSD tinha 147,359 seguidores em setembro de 2019. O PSD descrevia a sua intervenção na comunicação social como o triunfo do paradigma da interação, colaboração e conversação. De acordo com o PSD, a Internet e as redes sociais representavam para os partidos uma oportunidade para fortalecer a participação na vida política e aprofundar o sentido da democracia. Mas a despeito de um ainda tímido ativismo na comunicação social, em antecipação às eleições de 2019, não se via na internet de Portugal a proliferação nervosa de grupos no Facebook, tal como ocorrera no Brasil com a emergência do

Movimento Brasil Livre, com 2,931,656 seguidores, em setembro de 2018.

O Movimento Brasil Livre definia-se como uma entidade que visava mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Posts como “Lula é o comandante máximo do maior esquema de corrupção da história”, receberam 1 milhão de “gostos” na página do MBL, segundo Ministério Público Federal. A página de Facebook «Fora PT» com 25,027 seguidores, defendia o slogan – “A nossa bandeira jamais será vermelha”. Nesta página havia alertas sobre as manifestações de esquerda (Juntos e PSOL) nas ruas em que a esquerda iria colocar *black blocks* disfarçados com camisa do Bolsonaro para agredir mulheres nas ruas e criar imagens de impacto contra Bolsonaro. Outra página de Facebook «Fora PT, Xô Corrupção», com 10,652 membros divulgava denúncias sobre manipulações e contradições da esquerda brasileira.

A questão a ser discutida neste livro é o contraste entre a política da radicalização no Brasil e a política da diferenciação em Portugal na era das redes sociais. Procuro responder às seguintes questões – (1) Em que medida as plataformas e redes sociais falharam a tentativa de diferenciação entre os partidos de centro-direita em Portugal, diminuindo as chances de sucesso eleitoral do PSD, enquanto alternativa ao governo Socialista da “geringonça”? Estaria suficientemente claro o que defendia o Partido Social Democrata (PSD) de Rui Rio (com 89 lugares na Assembleia da República em 2018)? Quem conhecia as propostas de partidos com representações menores tais como: o Bloco de Esquerda (BE) de Catarina Martins (19 lugares), o Centro Democrático e Social – Partido Popular (CDS-PP) liderados por Assunção Cristas, (18 lugares)? (2) Por outro lado, em que medida as redes sociais simplificaram o debate político no Brasil? Com que intensidade contribuíram para a radicalização do eleitorado brasileiro em detrimento do candidato do Partido dos Trabalhadores? Como os jogos de

desinformação e de intriga reforçaram um novo consenso liberal autoritário, prometendo estabilidade e boa governança no Brasil? Estariam as redes sociais a favorecer mais intensamente a radicalização do que a diferenciação partidária?

Através de uma perspectiva teórica pós-estruturalista, este volume reavalia o drama, o conflito e o jogo de desinformação que antecedem as eleições no Brasil, fenómeno que não se observou na campanha para as eleições legislativas em Portugal. A perspectiva da teoria política do discurso ajuda o leitor a refletir sobre discursos articulados em prol dos diferentes projetos de poder, em ambas realidades nacionais.

Os próximos capítulos

Os próximos capítulos refletem sobre a luta pelo poder político, a radicalização e a diferenciação dos partidos face à corrupção que deslegitima o Legislativo e o Executivo para governar. Discute a porta aberta a todo o tipo de aventuras, da militar à populista, à política dos conchavos, ou seja, as trocas de favores, de cargos, de orçamentos e de honrarias que são parte do dia do poder legislativo no Brasil. A política dos conchavos vem sendo discutida desde a Renascença, quando Maquiavel escreveu o clássico “O Príncipe” (1513) sobre as maneiras de conduzir-se nos negócios públicos internos e externos.

Tal como no Brasil, em 2018, os membros da classe média em vários países demonstravam raiva contra seus governantes. As suas desilusões estavam a transformar a política e a provocar acontecimentos inesperados como o *Brexit*, a eleição e queda de presidentes sem partidos assim como uma onda mundial de protestos de rua. Partidos com apenas um ano eram perfeitamente capazes de vencer as eleições, como foi o caso do Partido de Emmanuel Macron – Em Marcha! em França. A Casa Branca havia sido ocupada por um novato político, causando